



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA DE CANAÃ DOS CARAJÁS  
CONTROLADORIA GERAL INTERNA DO MUNICÍPIO

**Parecer CGIM**

**Processo nº 101/2023/PMCC-CPL**

**Contratos**

**Interessada:** Secretaria Municipal de Obras

**Assunto:** Solicitação de contratação de empresa para aquisição de material de construção civil, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras do Município de Canaã dos Carajás, Estado do Pará.

**RELATORA:** Sra. Joyce Silveira da Silva Oliveira, Controladora Geral Interna do Município, Portaria nº 272/2021, declara, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do § 1º do artigo 11 da Resolução nº 29/TCM de 04 de Julho de 2017, que analisou integralmente o **Processo nº 101/2023/PMCC-CPL - Contratos** com base nas regras insculpidas pela Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002 e demais instrumentos legais correlatos, declarando o que segue.

### DA COMPETÊNCIA DO CONTROLE INTERNO

O Controle Interno é o fiscal das atividades exercidas por pessoas físicas e jurídicas, evitando que a entidade objetivada não se desvie das normas preestabelecidas ou das boas práticas recomendadas.

Segundo Maria Sylvia Zanella di Pietro<sup>1</sup>, "O controle constitui poder-dever dos órgãos a que a lei atribui essa função, precisamente pela sua finalidade corretiva; ele não pode ser renunciado nem retardado, sob pena de responsabilidade de quem se omitiu"

A Constituição Federal de 1988 estabelece em seu art. 74 as finalidades do sistema de controle interno, já a Lei nº 71/2005, com fulcro no art. 31 da CRFB e art. 59 da Lei Complementar 101/2000, regulamenta dentro do Município de Canaã dos Carajás a Unidade de Controle Interno do Poder Executivo Municipal, atribuindo dentre outras competências:

*Art. 5º (...) I – Verificar a regularidade da programação orçamentária e financeira, avaliando o*

<sup>1</sup> DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 1998



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA DE CANAÃ DOS CARAJÁS  
CONTROLADORIA GERAL INTERNA DO MUNICÍPIO

*cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e do orçamento do município, no mínimo uma vez por ano;*

*II – Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência, economicidade e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração direta e indireta municipal, bem como das aplicações de recursos públicos por entidade de direito privado;*

(...)

*IV – Examinar as fases de execução da despesa, inclusive verificando a regularidade das licitações e contratos, sob aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade.*

Diante disso, é evidente a competência do Controle interno na verificação da **regularidade das solicitações de contratações**. Assim, a fim de cumprir as atribuições legais desta Controladoria, expedimos o parecer a seguir.

### PRELIMINAR

*Ab initio*, antes de adentrarmos ao mérito do presente parecer é de ser verificada e registrada a cronologia dos fatos, vejamos:

Os Contratos foram assinados no dia 12 de julho de 2024, enquanto que o Despacho da CPL à CGIM foi datado em 31 de julho de 2024, para emissão do parecer acerca dos Contratos. Insta salientar que o prazo de análise por esta Controladoria é, em média, de 03 (três) a 05 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado por mais 02 (dois) dias, a depender da complexidade da causa.

### RELATÓRIO

Solicitação de contratação de empresa para aquisição de material de construção civil, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras do Município de Canaã dos Carajás, Estado do Pará.

As contratações encontram-se instruídas com o seguinte: Processo Licitatório nº 101/2023/PMCC com todos os documentos acostados; a Solicitação de Contratação, Solicitação de Despesas, Termo de Compromisso e Responsabilidade,



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA DE CANAÃ DOS CARAJÁS  
CONTROLADORIA GERAL INTERNA DO MUNICÍPIO

Portaria de Designação de Fiscal de Contrato, Despacho do Secretário Municipal de Obras ao setor competente para providência de existência de recurso orçamentário, Notas de Pré-Empenhos, Declaração de Adequação Orçamentária, Termo de Autorização da Chefe do Poder Executivo Municipal, Certidões de Regularidade Fiscal e suas respectivas confirmações, Convocação para assinatura dos Contratos e Contratos e Despacho da CPL à CGIM para análise e emissão de parecer acerca dos Contratos.

É o necessário a relatar. Ao opinativo.

### ANÁLISE

A Lei nº 10.520/2002 instituiu a modalidade de Licitação denominada Pregão para a aquisição de bens e serviços comuns, sendo estes caracterizados por padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado.

O art. 3º da referida Lei discorre sobre os requisitos a serem observados na fase preparatória do Pregão, quais sejam, *in verbis*:

*Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:*

*I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;*

*II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;*

*III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados;*



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA DE CANAÃ DOS CARAJÁS  
CONTROLADORIA GERAL INTERNA DO MUNICÍPIO

*IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.*

Vale destacar que o Pregão Eletrônico fora regulamentado neste Município pelo Decreto nº 1.125/2020, cujo caput do artigo 1º aduz o seguinte:

Art. 1º. Este Decreto estabelece normas e procedimentos para a realização de licitação na modalidade de pregão, nas formas presencial e eletrônica, para aquisição de bens e de serviços comuns, inclusive serviços comuns de engenharia, e regulamenta o uso da dispensa eletrônica, no âmbito do Município de Canaã dos Carajás. (grifo nosso).

E, ainda, o referido Decreto Municipal prevê em seu artigo 2º que as aquisições de bens, serviços comuns e os de engenharia junto à Administração Pública, serão procedidos preferencialmente por meio eletrônico, senão vejamos:

*Art. 2º. Ressalvadas as hipóteses previstas em Lei, a aquisição de bens e serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, será precedida de licitação pública, na modalidade pregão, preferencialmente no modo eletrônico.*

O caso em tela se subsumiu ao previsto no referido artigo, uma vez que, justificada a vantagem da utilização da Ata de Registro de Preços, por meio do Pregão Eletrônico dada a economicidade do procedimento, tornando-se plenamente possível sua aplicação para a contratação em comento.

O Sistema de Registro de Preços é previsto no art. 15, inciso II da Lei nº 8.666/93 e está regulamentado neste Município pelo Decreto nº 686/2013, podendo ser realizado nas modalidades de licitação Concorrência, RDC ou Pregão, acertando a Administração na escolha deste último, nos termos do artigo 6º do referido decreto.

O pregão fora realizado tendo como vencedoras as empresas **C.P COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA, COMERCIO ALVORADA DE MANGUEIRAS E FERRAGENS EIRELI, CONSTRUNORTE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA,**



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA DE CANAÃ DOS CARAJÁS  
CONTROLADORIA GERAL INTERNA DO MUNICÍPIO

**CONTEM MATERIAIS ELETRICOS EIRELI, J.L.R ARAUJO COM E SERVIÇOS LTDA, KMP COMERCIO DE MAT P/ CONSTRUÇÕES LTDA, LR SPANHOL CIA LTDA, LOURENÇO E SILVA LTDA, LP COMERCIO DE MAQUINAS E SERVIÇOS LTDA, MS BARBOSA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA**, sendo adjudicado, homologado e devidamente publicado, procedendo-se a confecção das Atas de Registro de Preços nº 20231445, nº 20231440, nº 20231441, nº 20231439, nº 20231442, nº 20231449, nº 20231448, nº 20231443, nº 20231446, nº 20231447 e nº 20231444 (fls. 4476-4533), valida por 12 (doze) meses a partir das assinaturas, emitidas em 11 de outubro de 2023, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 686/2013, sendo os extratos devidamente publicados no dia 26 de outubro de 2023 (fls. 4539-4541).

Assim, atendendo a necessidade da Secretaria de Obras, consta no processo solicitação de contratação das empresas **KMP COMERCIO DE MAT P/ CONSTRUÇÕES LTDA, LP COMERCIO DE MAQUINAS E SERVIÇOS LTDA, C.P COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA, CONSTRUNORTE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA, MODERNA CONSTRUÇÃO LTDA, COMERCIO ALVORADA DE MANGUEIRAS E FERRAGENS EIRELI e MODERNA CONSTRUÇÃO LTDA** nos termos das Atas de Registro de preços mencionados dentro do seu prazo de validade, juntamente com a Nota de Pré-Empenhos e Declaração de Adequação Orçamentária.

As contratações foram formalizadas através dos Contratos 20241040, 20241043, 20241050, 20241044, 20241039, 20241037 e 20241039 (fls. 4955-4989), **devendo ser publicado os extratos**, conforme os ditames legais.

No mais, o procedimento obedeceu aos termos da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02 e Decreto nº 686/13 em todas as suas fases.

### CONCLUSÃO

**FRENTE O EXPOSTO**, esta Controladoria conclui que o referido processo se encontra revestido de todas as formalidades legais, na fase de contratação, estando apto para gerar despesas para a municipalidade.

Cumprir observar que o procedimento, a partir do presente estágio, deve manter a observação plena ao previsto na legislação da matéria, mormente o



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA DE CANAÃ DOS CARAJÁS**  
**CONTROLADORIA GERAL INTERNA DO MUNICÍPIO**


determinado nos artigos 38, 40, 61 e demais aplicável da Lei nº 8.666/93, seguindo a regular divulgação oficial dos termos e atos a serem realizados.

Declara por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos.

Canaã dos Carajás, 07 de agosto de 2024.

  
**JOYCE SILVEIRA DA SILVA OLIVEIRA**  
Controladora Geral Interna do Município  
Portaria nº 272/2021

  
**ANIELE RODRIGUES DA COSTA**  
Analista de Controle Interno  
Contrato nº 03217740

  
**MÁRCIO AGUIAR MENDONÇA**  
Analista de Controle Interno  
Matrícula nº 0101315